

Maria Antonieta Cruz

## Facetas do quotidiano burguês no Portugal de Oitocentos

### R E S U M O

*O bem estar material e a escolha do tipo de vida são elementos que distinguem a burguesia do resto da população. Penetrando nas ruas, observando as casas, a organização do espaço doméstico, o mobiliário, as roupas de casa, o vestuário, os utensílios, os livros, os instrumentos musicais, evidenciam-se as arritmias sociais. Os usos e valores reflectem as diferenças. Elaborar uma súmula dos resultados das investigações já realizadas e o objectivo a que nos propomos.*

O bem estar material e a escolha do tipo de vida são elementos que distinguem a burguesia do resto da população. A habitação, o mobiliário, as roupas de casa, o vestuário, os utensílios domésticos, os livros, os instrumentos musicais, espelham os seus usos e valores e reflectem a diferença.

Observar o quotidiano é, pois, penetrar nas ruas, novas e velhas, observar as casas, os hábitos, os gostos, os consumos. “Percorrendo” as ruas do Porto deparámo-nos com os edifícios construídos pela sua burguesia na segunda metade do século passado e verificámos que predominou a construção em altura, que continuava a ser a residência típica dos grupos superiores. Acentuou-se, todavia, a opção pela edificação de luxuosos palacetes com amplos jardins, nas zonas de crescimento da cidade.<sup>1</sup>

Com o avançar do século, sectores cada vez mais importantes da burguesia portuense optaram pelos novos espaços urbanos, mais salubres e mais baratos. As casas de arquitectura mais luxuosa eram sediadas, de modo preponderante, nestas zonas de expansão urbana e foram construídas por iniciativa, sobretudo, de negociantes e

\* Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de História. Professora Auxiliar.

<sup>1</sup> Em investigação que estamos a realizar, verificámos já que, nos primeiros anos do século XX, foram licenciados pela Câmara Municipal do Porto muitos e belos palacetes, cuja construção na cidade nos parece tender a crescer.

Curiosamente, em 1900, Constantino do Vale Coelho Cabral, engenheiro civil, fez um pedido de ampliação da sua residência, cita na Rua de Santa Catarina, no centro da cidade do Porto, para albergar uma capela com sacristia, quartos de hóspedes, quartos de banho, sala de bilhar e ainda um amplo salão com palco e plateia. Este não era, aliás, o único caso em que habitações particulares possuíam teatros. Também António Bernardo Ferreira, primeiro marido de Dona Antónia Ferreirinha, o mandara construir na sua casa em Vilar, na cidade do Porto.

Cf. Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Livros de Plantas de Casas*, n.º 163, pp.167-172. Recolha de Catarina Marques, sob orientação da autora.

proprietários. Mais excepcionalmente nelas residiam, também, retalhistas, categorias superiores das profissões liberais e um ou outro lavrador ou capitalista. Alguns dos palacetes mais sumptuosos pertenciam a emigrados regressados do Brasil que se faziam rodear de bem estar, procurando a fruição da riqueza obtida.

Naturais, ou recentemente chegados ao Porto, a maioria dos detentores de elevados rendimentos continuava a residir no centro da cidade. As suas habitações, de qualidade muito superior às do resto da população, só excepcionalmente foram construídas nas zonas limítrofes. Apesar disso, o grupo popular não foi totalmente segregado para a periferia. Residia, com frequência, paredes meias com as casas burguesas, em “ilhas” imundas, escuras e tristes, arrastando uma vida de miséria que condenava quase todos os seus filhos a um futuro de pobreza e analfabetismo, em chocante confronto com a vida confortável, por vezes mesmo luxuosa, dos burgueses mais ricos.

A maioria dos donos de oficina, morava nas zonas central e oriental da cidade, dividindo o espaço doméstico com instalações laborais edificadas em pátios interiores ou no fundo do quintal. Quando construía a sua casa, optava por uma arquitectura muito simples, de um ou dois pisos, e com raros elementos decorativos. Estes, quer fossem taças para plantas, esculturas ou uso de ferro mais ou menos trabalhado, marcavam a diferença, num contexto geral de alguma monotonia arquitectónica que dominava as construções mais frequentes, em que proliferava o uso do granito que a existência de pedreiras na cidade tornava mais acessível.

Apesar da separação entre residência e loja ter crescido, ao longo do século XIX, os retalhistas, muitas vezes, ocupavam o rés-do-chão da sua habitação com as instalações comerciais. Se a dimensão das transacções o justificasse, utilizavam o primeiro andar com o escritório.

A organização do espaço doméstico era mais simples nos grupos mais modestos, mais requintada e complicada nos estratos superiores da burguesia. Nestes, as divisões evidenciam uma clara separação dos espaços: as salas de espera e de visitas, o escritório, os quartos de dormir, a sala de estar, o quarto de brunir, a sala de jantar, a cozinha, mais raramente, o quarto de banho e o quarto santuário.

Entre os burgueses do Porto com recursos mais avultados intensifica-se a existência de uma segunda residência, muitas vezes herdada. O recheio destas casas era semelhante ao das suas congéneres na cidade, sendo os elementos decorativos, quase sempre, em menor quantidade.

No coração do Alentejo, os maiores contribuintes de Évora, vivendo na cidade ou arredores em boas moradias, possuíam, com frequência, uma outra habitação numa herdade. Ocorria também a situação inversa e, mais excepcionalmente, alguns tinham, ou arrendavam, ainda, outras casas no Alentejo ou mesmo em Lisboa.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> FONSECA, 1994: 201.

O urbanismo espelha, como é sabido, a desigualdade social. No Porto, em meados de oitocentos, existiu uma relação clara entre riqueza e qualidade de habitação. A separação social dos espaços urbanos em função da fortuna é, porém, menos evidente salvo a recusa da periferia pelos mais ricos. A cidade, que na zona mais central era dominada pela burguesia comercial, espaço este que tende a alargar-se no decurso da segunda metade do século passado, acentuando-se o peso dos patrões da indústria, era, nos seus limites, envolvida por espaços urbanos dedicados à agricultura que, lentamente, vai desaparecendo para dar lugar a aglomerados de casas de pobres e analfabetos trabalhadores braçais.

Na zona ocidental junto ao Douro, como seria de presumir, fazia-se sentir uma forte presença dos homens das actividades marítimas e piscatórias que dividiam com os proprietários a preponderância nestas freguesias. Na Foz começam a aparecer residências de praia de alguns membros da elite portuense.

Em Évora é clara a melhoria de vida dos maiores contribuintes, sendo a residência típica deste grupo a “casa nobre”. O espaço doméstico cresceu e especializou-se, aparecendo divisões destinadas ao lazer, ao trabalho e também às necessidades privadas da família. Estes espaços foram incorporando mobiliário variado e rico.<sup>3</sup>

No centro do país, na Figueira da Foz a tónica dominante é a grande variedade de configuração externa das habitações, mesmo dentro do um determinado grupo. Apesar disso há tipologias mais frequentes nas diversas categorias socioprofissionais. Predominam entre os negociantes e alguns proprietários os edifícios de grande largura, com dois ou três andares. A exiguidade das casas aumentava com a descida da escala hierárquica. As casas mais abastadas tinham uma organização do espaço interno muito semelhante ao que encontramos na cidade do Porto e correspondiam aos padrões mais requintados da época.

Nos imóveis portuenses de negociantes, proprietários, funcionários superiores ou profissionais liberais de categorias superiores aparecem, com muita frequência, sobretudo nas águas furtadas, espaços que, pelo mobiliário muito modesto, parecem ser os aposentos dos empregados domésticos. Baús, camas de ferro, malas e lavatórios constituem o recheio mais frequente, nem sempre simultâneo, destes quartos.

O recurso à criadagem dependia das possibilidades financeiras das famílias e, apesar de, em alguns grupos socioprofissionais, exprimir necessidades decorrentes das actividades desenvolvidas, o seu número traduzia, quase sempre, o índice de bem estar material do agregado familiar que a contratava. O pessoal doméstico era essencial ao modo de vida burguesa e mesmo os mais humildes membros deste grupo o procuravam recrutar.

Na Figueira da Foz e em Buarcos eram os negociantes, proprietários, funcionários e profissionais liberais que tinham maior número de criadas ao seu serviço. O recurso dos homens das actividades mercantis a muita criadagem era norma também nos Açores. Acresce que muitos dos caixeiros moravam com os seus patrões.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> FONSECA, 1994: 201-220.

<sup>4</sup> CASCÃO, 1989: 671-678. DIAS, 1996: 51.

A quantidade e qualidade de móveis, roupas, jóias, louças e outros utensílios domésticos dependia, claramente, da fortuna do agregado familiar, mas esta não foi o único elemento determinante do tipo de vida. Na identificação dos grupos através dos seus consumos importa sublinhar que, para além do dinheiro, factor evidentemente fundamental, as opções individuais contribuem de forma decisiva para assunção de um certo tipo de vida, e essas são inegavelmente condicionadas pelo meio a que se pertence.

Com efeito, tudo parece indiciar que os profissionais liberais de categorias superiores, nomeadamente médicos e advogados, e alguns outros detentores de habilitações superiores, como juizes e professores do ensino superior, dispuseram de todos os bens necessários à fruição dos mais altos padrões de conforto, higiene, intimidade e cultura então existentes. Isto, apesar de, muitas vezes, estes consumos lhes impedirem o investimento.

Na cidade do Porto de meados de oitocentos foram estes profissionais e, também, os negociantes, os proprietários e os capitalistas que tiveram o tipo de vida mais requintado, possuindo um importante conjunto de bens que lhes permitia o bem estar de que era possível dispor na sociedade de então. <sup>5</sup>Abundavam nas suas casas os móveis de madeiras nacionais e estrangeiras, objectos de prata (talheres, serviços de chá, galheteiros, jarras, salvas, paliteiros, castiçais), ou Christofle, quadros, cristais, lustres, tapetes, sofás, relógios de escada e sala, espelhos, esculturas, porcelanas, cortinados de lã e damasco, louça de boa qualidade, sobretudo inglesa, toalhas e lençóis de linho, por vezes com rendas e bordados. Apesar do grande número de banheiras e canoas de banho descritas nos inventários orfanológicos dos grupos superiores, raramente estes objectos estavam circunscritos a quartos de banho. Importa sublinhar que, nos outros grupos burgueses o equipamento de higiene se circunscrevia ao lavatório, presente em quase todos os quartos, o que parece indiciar a existência de cuidados muito sumários neste âmbito.

Em algumas zonas do país já estudadas, nas casas dos membros de escalões superiores, para além do mobiliário que mais frequentemente recheava as casas de todos os burgueses (aqui quase sempre de madeiras de superior qualidade), aparecem móveis mais raros a que só os mais ricos tinham acesso, como canapés, mesas de jogo, toucadores, tremós, guarda-roupa, aparadores, guarda-loiça, guarda-livros, étagères, “bancas de escrever”, berços, marquesas, consolas (com e sem pedra), sofás, piano, mesas de bilhar, cadeira “à Voltaire”, máquina de costura, cofres, escadas de cama, mesas de jogo, equipamento para “banho de chuva”, etc.

As casas eram confortáveis e os seus proprietários possuíam equipamentos sofisticados. Multiplicavam-se os objectos reveladores de um modo de vida elegante, cómodo, por vezes mesmo luxuoso. As visitas e festas reuniam os amigos da família. Nelas se usavam as loiças finas, as tolhas de linho bordado, os copos de cristal, a baixela de prata.

---

<sup>5</sup> CRUZ, 1999: 380-398.

Ao piano, onnipresente, raramente se juntaram outros instrumentos musicais. Proliferavam em todas as casas as imagens religiosas e santuários, por vezes oratórios, mesmo quando a casa tinha capela, o que era mais excepcional. Os mais ricos possuíam cavalos e veículos de transporte.

Os burgueses de oitocentos trajavam com grande sobriedade.

As roupas masculinas eram casacos, coletes, calças, sobretudo, meias, ceroulas e mais excepcionalmente são descritas camisolas de lã, gravatas e suspensórios. Era frequente o uso de chapéu e botas.

O vestuário feminino compunha-se, essencialmente, de vestidos de seda, lã, cassa ou chita, camisas, saias, saíotes, chambres, coletes, meias de lã, linho ou seda, xailes de caxemira ou seda, capas, paletós, e algumas camisolas de lã ou flanela. Por vezes completavam este conjunto o guarda-sol, o leque, os lenços de seda, bretanha ou linho. No arrolamento de bens das senhoras pertencentes aos grupos superiores, demonstrando o seu coquetismo, são, muitas vezes, utilizados vocábulos franceses como “écharpe”, “cache-nez” ou “polonaise”.

Para além da quantidade, qualidade e estado de conservação do vestuário que marca a diferença entre os vários grupos, o fraque ou os chapéus das senhoras parecem ser, entre outros, elementos distintivos e tradutores de vida social mais intensa. A moda internacional tinha clientes certos entre aqueles que a podiam vestir e pagar o luxo de um chapéu parisiense.

As jóias femininas, em grande quantidade, conjugavam metais nobres com brilhantes, ametistas, pérolas, topázios, ou granadas, em composições mais ou menos criativas. Para os homens apenas, botões de punho, relógios e cadeias de ouro para o mesmo, mais raramente bengalas com castão de prata.

A elite portuguesa parece ter ombreado em consumos com as suas congéneres europeias.

A maior ou menor categoria de peças em louça e utensílios domésticos possuídos, bem como o seu número, variou, na maioria dos casos, em função da situação material dos agregados familiares. Nos menos ricos e menos requintados, o serviço de jantar completo em louça fina, inglesa, francesa ou Vista Alegre, era substituído por meio serviço, ou mesmo por peças soltas de qualidade variada.

O linho era o material mais usado nas roupas de casa. Os menos abastados utilizavam lençóis do tipo mais grosseiro desse fio, a estopa. As famílias mais ricas, que possuíam “enxovais” abundantes, preferiam-no sob a forma de tecidos mais finos não raro enriquecido com bordados e rendas. Tal como outros tecidos caros, damascos, veludos ou sedas, também os linhos finos lavrados ou bordados, constituíram formas de entesouramento. São os proprietários, os negociantes e os donos de oficinas os possuidores de maiores quantidades de tecidos. No caso dos fabricantes de têxteis esta abundância poderá resultar da difícil separação entre oficina e lar.

O tipo de vida mais parcimonioso da burguesia portuense parece ter sido o dos donos de oficinas, grupo em que ao crescimento da riqueza não correspondeu um incremento do requinte e do conforto. Os mais ricos deste grupo distinguem-se dos

mais pobres pela maior quantidade e melhor qualidade dos móveis mas permanecem ausentes dos seus lares as louças de boa qualidade, as baixelas de prata, os quadros, os sofás, os cortinados de damasco ou lã, etc..

Os lavradores, independentemente do seu património, tinham, quase sempre, casas desconfortáveis de divisões polivalentes, com muito poucos móveis, de fraca qualidade e gosto pouco apurado. Cadeiras, mesas, algumas cómodas de pau-vinhático baús, arcas e caixas de madeira compunham o mobiliário típico. As mulheres dos mais ricos possuíam jóias apenas em ouro, cordões e argolas, sendo raras as pedras preciosas. Os diversos grupos burgueses, em idênticas condições materiais possuíam muito melhores objectos pessoais e domésticos.

Também os agricultores da zona da Figueira da Foz e de Buarcos eram muito parcimoniosos no mobiliário. A funcionalidade parece ter determinado as escolhas. Se os mais ricos usavam leitos de madeira, os mais pobres ficavam-se pelas camas de ferro ou mesmo pelas caixas de madeira que, por vezes, nas zonas rurais, eram usadas como camas. A tipologia dos móveis deste grupo é, nesta zona, tal como no Porto, exígua e esteticamente pouco apurada. Rui Cascão sublinha o “escasso peso dos objectos de uso quotidiano” na composição das fortunas em Buarcos e Figueira da Foz. A carência era mais acentuada nas famílias dedicadas a actividades rurais e piscatórias.<sup>6</sup>

Nos diversos grupos burgueses uma grande variedade de acontecimentos poderia perturbar a situação de bem estar. Da viuvez, doença, velhice, deterioração dos resultados económicos da actividade desenvolvida ou falência, poderia resultar uma alteração do tipo de vida. Porém, no caso dos negociantes portuenses com sólida situação financeira, a perda do cônjuge que dirigia a actividade empresarial não parece ter determinado a diminuição do estatuto económico da família. O mesmo não terá ocorrido com os donos de oficinas, grupo em que a acumulação de capitais terá sido insuficiente para ocorrer ás necessidades de um agregado familiar privado do seu chefe.

O gosto pelo convívio deu origem ao aparecimento de clubes dotados de gabinetes de leitura, salas de jogo ou convívio e salões onde os burgueses podiam assistir a concertos e representações teatrais, ou participar em magníficos bailes.

Em quase todas as cidades portuguesas, tal como no resto da Europa, multiplicaram-se estas instituições. Por vezes, os seus membros correspondiam a estratos socioprofissionais bem delimitados. Desempenhando um papel que não se esgotava na literal realização dos seus objectivos estatutários, essas associações consubstanciavam, não raro, uma vontade clara de relacionamento estreito com os diversos poderes, político, económico, cultural e social, satisfazendo, assim, o desejo de prestígio e influência do clube enquanto tal e também dos seus membros, sobretudo daqueles que constituíam os corpos gerentes.

---

<sup>6</sup> CASCÃO, 1989: 621-677.

Na Figueira da Foz existiam três instituições burguesas deste tipo mas a clivagem entre elas parece ter ocorrido, sobretudo, em função dos diversos ideais políticos professados.<sup>7</sup>

Importa sublinhar que também os grupos populares se reuniam e levavam ao palco peças de índole social. Mais contestatárias que as representações teatrais burguesas eram, como seria de esperar, de menor qualidade literária.

No Porto também estavam sediados vários clubes sendo, ainda, frequentes as reuniões de pequenos grupos de amigos que conviviam e dançavam nas residências de algumas das famílias mais bem conceituadas da cidade. Para as frequentar era necessário ser aceite por essa elite rigorosa e uma folgada situação material não era suficiente para o assegurar. A vida em sociedade era exigente e o conhecimento das regras do seu funcionamento constituía-se como peça fundamental para a integração, sobretudo daqueles que, obtido o êxito económico, pretendiam conviver com o grupo dominante. O seu comportamento deveria espelhar uma educação esmerada, adquirida na família ou à custa de forte empenhamento pessoal.

Em todos os actos mundanos havia uma demarcação rigorosa dos seus frequentadores. Era evidente a diferença entre a elite burguesa e aqueles que não tinham criados, salão de festas, instrumentos musicais e todos os outros componentes essenciais ao prestígio destes momentos especiais de convívio e afirmação.

Os burgueses tinham o sentimento de pertença a um grupo que se distinguiu não só pelo seu bem estar material, mas, também, pela educação e tipo de vida quotidiana. Esta consciencialização impeli-os a um casamento dentro do seu mundo, enquanto universo coeso de valores e comportamentos. Restringir o casamento burguês a um mero negócio de que estava ausente qualquer afeição entre os noivos parece-nos ser uma afirmação redutora.

As famílias mais abastadas e prestigiadas, atributos nem sempre coincidentes, intensificaram, no decurso da segunda metade do século passado, a procura das praias, termas ou casas de campo na época estival. Nas instâncias balneares ou termais, do Norte ao Sul do país, reunia-se o escol da sociedade burguesa que procurava, para além da cura e prevenção de enfermidades, o convívio com os seus pares. A vilegiatura era marcada socialmente no tempo e no espaço. O Passeio Público assumiu-se também, fundamentalmente até ao último quartel do século XIX, como local privilegiado de encontro dos burgueses. Proliferou em imensas cidades do território nacional, permitindo a fruição de um convívio, de gestos comedidos, ao ar livre em espaço fechado e protegido de intrusos indesejáveis.

Num tempo, as últimas décadas do século XIX, em que o intuito da secularização do Ocidente fiel a Roma gerou debates intensos e vigorosos, sendo várias as medidas introduzidas para a prossecução desse objectivo, importa avaliar de que forma a questão religiosa se repercutiu nos actos essenciais da vida individual e colectiva. Em Buarcos e

---

<sup>7</sup> Cf. CASCÃO, 1989: 809-823.

na Figueira da Foz foi detectado, por Rui Cascão, um declínio da prática religiosa. Este autor aponta várias alterações na vivência colectiva das cerimónias católicas, nomeadamente o desaparecimento ou irregularidade de algumas procissões, “profanação crescente” das festas dos Santos Populares, decadência das irmandades mais dedicadas à devoção, menor frequência dos sacramentos e dos legados pios, retardamento do baptismo e até, o que não verificámos no Porto, aumento dos defuntos não sacramentados.<sup>8</sup> Terão escolhido o enterramento civil, segundo o mesmo autor, algumas figuras do republicanismo e crentes de outras religiões, aliás, os mesmos grupos que optaram pelo registo civil dos nascimentos. De acordo com Fernando Catroga, “...como escolha consciente e laica, o significado dos funerais civis deve ser lido no contexto das lutas político-ideológicas que dividiram as elites politizadas da sociedade portuguesa a partir da década de 70.”<sup>9</sup>

Curiosamente, nas três localidades, Buarcos, Figueira da Foz e Porto, é generalizado o casamento católico. Apesar do Código Civil Português de 1867 ter introduzido o casamento civil facultativo, inovação que gerou acalorada polémica, só no final do século aparecem os primeiros casos, mesmo assim excepcionais. A doutrina da Igreja de Roma, sobre esta matéria, deve ter demovido da celebração civil do matrimónio muitos dos que, apesar de o aceitarem como princípio, não quiseram, ou não foram capazes, de adoptá-lo. Numa sociedade onde o peso desta confissão religiosa era enorme na modelação das mentalidade, a rotulagem de “concubinato” com que a mesma designava o casamento civil, pode ter demovido alguns dos nubentes que estivessem tentados a escolhê-lo.

Para Rui Cascão<sup>10</sup>, a precariedade económica deve ter contribuído de forma decisiva para que tivessem sido os grupos mais pobres a “optarem” pelas uniões de facto. A não institucionalização do casamento nem sempre correspondia à expressão de uma convicção. De sublinhar que o casamento civil era mais barato que o religioso.

Na morte, como na vida, são manifestas as arritmias sociais. Os burgueses distinguiram-se pela riqueza, pela educação, pela vida quotidiana e as solenidades fúnebres, por vezes sumptuosas, constituíam o ponto final de exibição das assimetrias. Estas cerimónias exigiam capacidade financeira, dela dependendo, em grande parte, a complexidade da sua organização. Os seus custos eram agravados, com grande frequência, por actos caritativos determinados pelas últimas vontades do defunto. Nestas fica patente a grande inquietação perante a morte. A preocupação de salvar a alma, de a precaver contra o abandono a um destino desconhecido e temível, traduz-se no pedido de muitas missas pelo eterno descanso do próprio e seus familiares, já falecidos. Apesar de haver uma relação clara entre riqueza e número de sufrágios solicitados, esta proporcionalidade perde sentido no caso dos profissionais liberais e funcionários de categorias superiores.

A solicitação da presença de pobres nas exéquias, os legados a instituições de caridade e a carenciados, podem traduzir generosidade, preocupação de reduzir as tensões sociais,

<sup>8</sup> CASCÃO, 1989: 834-836.

<sup>9</sup> CATROGA, 1999: 142.

<sup>10</sup> CASCÃO, 1989: 751-753.



mas constituíram-se, certamente, também, como um ritual simbólico, a expressão do desejo de deixarem na terra, a rezarem pela sua alma, vozes mais atendíveis pelo Deus-Juiz que teria de decidir o seu destino.

Sobretudo as mulheres continuaram a pedir que os seus corpos fossem envolvidos em hábitos de entidades sagradas: Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora da Conceição, Santa Isabel, Santa Teresa, Santa Clara ou S. Francisco. Por vezes os membros de irmandades manifestaram o desejo de levarem na sua última viagem o respectivo hábito. Alguns defuntos deixaram apenas expresso o pedido de serem sepultados com a sua melhor roupa preta. Excepcionalmente jovens mulheres escolheram vestidos e véus brancos.

As notícias necrológicas, nos jornais, ressaltam os membros mais prestigiados da família enlutada, mesmo que afins, e não esquecem as referências às pessoas ilustres que participaram no velório. Sem menosprezar a inegável devoção subjacente às opções manifestadas por alguns burgueses através de testamentos, procurando explicitar a forma como desejavam que decorresse a sua última viagem, parece evidente que, com alguma frequência, a mortalha, a notícia nos jornais, o velório, as missas, o cortejo, a sepultura, se constituíram, também, como actos de exibição de riqueza e prestígio, numa demonstração clara das diferenças sociais. Apesar de alguns dos burgueses pertencentes aos grupos superiores terem solicitado cerimónias fúnebres modestas, estas foram reiteradamente ostentatórias, tal como o eram os seus túmulos de arquitectura e decoração muito cuidadas, com frequente recurso a esculturas de alguns dos mais prestigiados mestres, símbolos eficazes de perpetuação das diferenças.

Nas suas opções, atitudes, e ritos, neste como em outros momentos, os grupos superiores da burguesia revelam a noção que tinham da sua própria existência enquanto elite social que, como tal, se distinguiu do resto da população. Unia-os a semelhança do tipo de vida, a frequência dos mesmos lugares, por vezes a eles reservados, e as fortes relações de parentesco.

### **Bibliografia citada**

- CASCÃO, Rui, 1989 - *Permanência e Mudança em duas Comunidades do Litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, Coimbra, dissertação de doutoramento apresentada à FLUC.
- CATROGA, Fernando, 1999 - *O Céu da Memória – Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos*, Coimbra, Minerva.
- CRUZ, Maria Antonieta, 1999 - *Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século Passado*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida.
- DIAS, Fátima Sequeira, 1996 - *Uma Estratégia de Sucesso numa Economia Periférica – A Casa Bensaúde e os Açores – 1800/1873*, Ponta Delgada, *Jornal da Cultura*.
- FONSECA, Helder Adegas, 1996 - *O Alentejo no século XIX, economia e atitudes económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional.

